

Notas sobre as teorias do crescimento global e regional e seus ajustamentos possíveis *

João Paulo de Almeida Magalhães

"There is a great shortage of economic models of urban growth. One reason for this is the fact that urban economics is still in its infancy, and has not mastered how to adapt growth theory to the urban level of disaggregation or indeed faced up to the question of whether such an adaptation is possible."

Richardson (1)

1. Introdução; 2. Primeira Parte; 3. Segunda Parte; 4. Conclusão.

1. Introdução

1.1 As presentes notas representam um passo exploratório numa pesquisa cujo objetivo consiste em determinar a capacidade das teorias de crescimento urbano para apoiar o planejamento das cidades.

Um primeiro ponto a ser assinalado, e que se refere ao conjunto da pesquisa, é o seguinte: a cidade será estudada como um fenômeno ocorrendo dentro da comunidade nacional. Não se cuida, portanto, dos problemas relativos à economia interna das cidades ou da economia pública nas cidades.¹

Duas outras observações referem-se, especificamente, às presentes notas. Apesar de o objetivo último da pesquisa estar no crescimento urbano, decidimos iniciar o estudo confrontando crescimento global com o re-

* Este documento foi preparado para a Pontifícia Universidade Católica no quadro do Programa de Estudos Urbanos (Convênio PUC-MINIPLAN).

¹ Esses três enfoques da economia urbana acham-se claramente estabelecidos em Perloff e Wingo (2).

gional, dado que as teorias de crescimento urbano, hoje conhecidas, ligam-se estreitamente com as do desenvolvimento regional, confundindo-se freqüentemente com elas. Isto é, aliás, normal, uma vez que as cidades representam uma parcela substancial e crescente da economia regional. Outro ponto a ser sublinhado é o de que dado o caráter exploratório e preliminar das presentes notas, a bibliografia utilizada foi constituída de análises gerais e coletâneas de artigos, complementadas ocasionalmente por livros de texto considerados clássicos no setor. Conseqüência lógica dessa posição é, por exemplo, que no exame das coletâneas de artigos conferese mais importância ao coordenador da coletânea do que aos autores nela incluídos. Isso porque o objetivo imediato é o de se obter uma classificação das teorias existentes e não uma análise direta dessas teorias. Essa análise será realizada, posteriormente, em outro documento.

1.2 Feitas essas observações preliminares, cabem agora algumas considerações sobre o desenvolvimento das presentes notas. A decisão de iniciar os estudos sobre teorias de crescimento urbano confrontando-as com as teorias do crescimento global funda-se em dois motivos principais. O primeiro deles é o seguinte: o crescimento regional e urbano liga-se estruturalmente ao crescimento do conjunto da economia, sendo, portanto, perfeitamente normal que um trabalho sobre o assunto comece com um exame das inter-relações existentes entre esses fenômenos. Como segundo motivo, lembramos que as teorizações sobre o crescimento regional e urbano, contrariamente ao que sucede em nível global, apresentam ainda hoje um caráter extremamente elementar. O exame das teorias globais pode, portanto, conter sugestões suscetíveis de serem aproveitadas no âmbito regional e urbano. Diga-se, de passagem, que a simples análise das causas do diferente grau de elaboração encontrado num e outro caso já é capaz, por si só, de oferecer filões suscetíveis de exploração proveitosa.

Sublinhe-se, para concluir, que as presentes notas visam fundamentalmente a examinar a tese, segundo a qual as teorias do crescimento global tendem a se colocar do ponto de vista da oferta, enquanto as de desenvolvimento regional e urbano adotam fundamentalmente a perspectiva da demanda.

Richardson (3) afirma: "A maioria das teorias aceitas de crescimento urbano (...) são baseadas na demanda. Muito raramente o aspecto da oferta no crescimento urbano é enfatizado. (...) A análise do crescimento

nas economias nacionais vem-se concentrando nos anos recentes na perspectiva da oferta . . .” (p. 93). Perloff e Wingo (2), examinando a contribuição teórica de Wilbur Thompson (7), afirmam que apesar do progresso que representa, toma a oferta essencialmente como um dado (p. 10).

No presente documento procuraremos verificar a validade da distinção e, se confirmada, indicar as causas.

A exposição será dividida em duas partes: na primeira serão classificadas as teorias usuais do crescimento global e examinadas suas características principais; o mesmo será feito com relação às teorias de desenvolvimento regional. A título de conclusão mostrar-se-á a divergência dos caminhos seguidos por um e outro grupo de tratamento teórico.

Na segunda parte será examinado um aparelho de análise proposto especialmente para o caso de países em vias de desenvolvimento, e demonstrada sua aplicação ao caso específico do desenvolvimento regional.

2. Primeira parte

Examinaremos em dois parágrafos distintos as teorias do crescimento global e do regional e urbano.

2.1 Primeiro Parágrafo: as teorias de crescimento global

A base das teorias modernas do crescimento encontra-se nos trabalhos de Harrod e Domar. Harrod estudou a relação entre G_w , taxa permitida de crescimento, G , taxa observada de crescimento, e G_n , taxa natural de crescimento.

Para o equilíbrio de curto prazo fazia-se necessário uma igualdade entre as taxas permitida e observada de crescimento, ou seja, $G = G_w$. Qualquer desequilíbrio entre elas tendia a se agravar rapidamente, ou seja, $G > G_w$ determinava o desencadeamento de forças tendendo a provocar um aumento indefinido de G . Na situação oposta $G < G_w$ afirmava-se a tendência a um decréscimo indefinido de G .

É lícito, portanto, considerar-se como condição de equilíbrio de curto prazo $G = G_w = \frac{s}{v}$ onde s é a propensão a poupar e v a relação capital/produto.

A necessidade de $G_w = \frac{s}{v}$ e o caráter explosivo da diferença entre G_w e G acham-se suficientemente estudados em Harrod e seus comentaristas, tornando-se dispensável uma recapitulação.

O desequilíbrio que nos interessa de perto é de longo prazo, ou seja, o que se manifesta entre G (suposto para raciocinar igual a G_w) e G_n .

A taxa natural de equilíbrio (G_n) é determinada, fundamentalmente, pela expansão demográfica n . Deixando-se de lado, pelo momento, os efeitos do progresso tecnológico e considerando-se a população ocupada percentagem constante da total, é viável afirmar-se que G não pode ficar por muito tempo acima de n , isto pelo simples fato de que, atingido o pleno emprego, n surge como um teto para G . Em sentido oposto, $G < n$ significa um nível crescente de desemprego, situação representativa de um grave desequilíbrio. Conseqüentemente, a prazo longo, a condição de equilíbrio seria $G = n$ ou, com base no que anteriormente se disse: $s/v = n$.

Hahn e Mathews (12) consideram que o fundamental da literatura atual sobre a teoria do crescimento pode ser interpretada como um reestudo das condições de equilíbrio expressas pela equação $s/v = n$. No pensamento de Harrod s , v e n eram considerados constantes, o que tornava o equilíbrio extremamente difícil. Estes dois autores julgam que o fundamental das concepções posteriores representam tentativas de estudar o equilíbrio a longo prazo em função das variações de s , v ou n , ou ainda do progresso tecnológico. Armatya Sen (10) toma como equação de equilíbrio a seguinte: $s/v = n + m$, onde m expressa o progresso tecnológico. Na concepção harrodiana o progresso tecnológico, tal como se observa na realidade concreta, equivale a um deslocamento do teto, representado pela taxa de expansão demográfica, donde a forma assumida pela equação citada. Sen, escrevendo após Hahn e Mathews, não inova em relação àqueles dois autores levando apenas às suas últimas conseqüências a forma esquemática que, com as devidas ressalvas, haviam escolhido para analisar as modernas teorias do crescimento econômico.

Stiglitz e Uzawa (11), posto que sem simplificar a questão da mesma forma, aceitam igualmente que boa parte da teoria moderna do crescimento preocupa-se em examinar as condições do crescimento tal como colocadas por Harrod e Domar.

Do ponto de vista de nossa análise, o importante a salientar é que s , v , n e m , que aparecem na condição harrodiana de equilíbrio, referem-se

fundamentalmente à oferta. Isto se torna mais claro se considerarmos o equilíbrio de curto prazo na sua forma domariana, ou seja,

$$\frac{dP}{dt} = I_{\sigma}$$

$$\frac{dy}{dt} = \frac{dI}{dt} \cdot \frac{1}{a}$$

Sendo a condição de equilíbrio

$$I_{\sigma} = \frac{d}{dt} \cdot \frac{1}{a}$$

Conforme se sabe, P significa o produto, Y demanda, I investimento, a propensão a poupar e G produtividade do capital. Nesta equação de equilíbrio I_{σ} representa a oferta e $\frac{d}{dt} \cdot \frac{1}{a}$, a demanda. Ora, I_{σ} equivale ao s/v da equação básica de Hahn, Mathews e Sen, ou seja, $I = s$ e $G = 1/v$ e, portanto,

$$I_{\sigma} = \frac{s}{v}$$

O n e m , sugeridos por Harrod, e não levados em conta por Domar, podem ser considerados limite superior da oferta (ou taxa de expansão de uma oferta sem desemprego crescente). Predomina, portanto, de forma absoluta o aspecto da oferta tal como assinala Baumol (13). Em parte alguma vamos encontrar o investimento marginal $\frac{dI}{dt}$ e o multiplicador keynesiano $1/a$, variável e parâmetro básicos na determinação da demanda.

Para sermos mais precisos, convém lembrar que Hahn e Mathews assinalam, em sua análise, a existência de modelos levando em conta a demanda, dentro de uma tradição keynesiana ortodoxa. Estes são, contudo, modelos que se preocupam com o curto prazo (ciclos econômicos, por exemplo), situando-se, portanto, fora da linha principal da análise do crescimento.

2.2 Segundo Parágrafo: teorias de desenvolvimento regional e urbano

Contrariamente ao que sucede nas teorias do crescimento global, que se ordenam em torno de algumas linhas básicas, com os mesmos autores e obras citados por todos os estudos sobre o assunto, reina um verdadeiro caos no que se refere ao desenvolvimento regional. Variam, conforme o autor considerado, as teorias apontadas como explicativas do desenvolvimento de uma região. Resulta isso de que não existem, de fato, teorias integradas do desenvolvimento regional. O que freqüentemente se encontra, citadas como tais, são explicações parciais baseadas em observação de experiência concreta (teoria da base exportadora) ou análises baseadas em preocupações especiais (como da localização da atividade produtiva) ou ainda supostas teorias que nada mais são do que descrição de regularidades históricas (estágios de crescimento urbano). Essa hesitação constitui a melhor confirmação de que, com respeito à teoria do desenvolvimento regional e urbano, achamo-nos numa fase embrionária em que o estudioso procura aproveitar todo tipo de análise que tenha qualquer capacidade explicativa do dinamismo regional. Assim, se as teorias da localização preocupam-se em determinar as leis que presidem à disseminação espacial da atividade econômica, elas têm certos corolários ligados ao desenvolvimento. De fato, uma região ou cidade com importantes atrativos locais tem condições de chegar a um desenvolvimento mais rápido. Daí terem passado a ser consideradas teorias do desenvolvimento regional.

No quadro sinótico 1 procuramos dar uma idéia da surpreendente diversidade de teorias apontadas por um grupo significativo de autores.² Assinale-se que algumas vezes diferentes teorias se aproximam substancialmente, tornando sua distinção algo difícil (exemplo: a teoria do lugar central de Chestaller poderia ser considerada como referente à localização de atividades terciárias); outras vezes os autores, posto que se preocupando precipuamente com um pequeno grupo de teorias do crescimento regional, referem-se a outras de passagem. Fatos como esses conferem certo grau de arbitrariedade à especificação contida no quadro sinótico 1. Nele se adotou um ponto de vista amplo, isto é, considerando-se como diferentes todas as teorias que não se fixam num mesmo aspecto central; em sentido oposto, atribuiu-se a cada autor somente aquelas teorias examinadas de

² Conforme se disse na introdução, procuramos nos basear em obras que proporcionem visão global da economia regional. Algumas bastante conhecidas como (15) e (16) não foram levadas em conta, porque dada a perspectiva adotada não se preocuparam com teorias do crescimento enquanto tal.

forma ampla em seus trabalhos. Apesar dessas limitações, acreditamos haver chegado a uma visão bastante razoável do setor.

Conforme se justificou na introdução, no exame de coletâneas de trabalho dá-se destaque aos seus organizadores (editores) pois é deles a responsabilidade de incluir certas teorias e abandonar outras.

Não se fez, outrossim, distinção entre teorias do desenvolvimento regional e urbano, pelos motivos anteriormente citados.

Conforme se verifica no quadro sinótico em análise,³ temos 12 teorias do crescimento regional consideradas pelos 12 autores examinados. Destas, apenas uma, ou seja, a base exportadora é apontada pela maioria absoluta dos autores (10 sobre 12). As explicações apoiadas no tamanho das cidades e na vantagem comparativa, vêm logo após, com apenas quatro indicações cada uma. A idéia da base exportadora, com todas as críticas e ataques que sofre da parte da unanimidade prática dos especialistas, faz, portanto, figura de principal teoria do crescimento regional e urbano.

Talvez mais surpreendente que o número de teorias é a diversidade de enfoques que dão ao problema. A próxima fase da pesquisa consistirá justamente numa recapitulação de todas essas teorias, verificando até que ponto: a) são realmente *teorias*; b) são independentes entre si; c) referem-se ao fenômeno do crescimento regional e urbano tal como o definimos.

2.2.1 Quadro Sinótico

Tendo examinado a opinião de uma série de autores sobre o que sejam as teorias de desenvolvimento regional e urbano, resta agora indagar até que ponto predomina, de fato, nelas, o aspecto da demanda. Na situação virtualmente caótica existente no setor nem sempre é fácil tomar-se uma posição muito firme a respeito. Se no caso de teorias como a da base exportadora o aspecto da demanda predomina de forma absoluta, a situação é menos clara diante de teorias como a da evolução de Hoover ou mesmo dos pólos de crescimento da escola francesa. Apesar dessas dificuldades e a título provisório (uma decisão final sobre o assunto apenas ocorrerá no fim da pesquisa aqui proposta), julgamos possível estabelecer uma classificação. Esta se acha resumida no quadro sinótico 2. Segundo ele, o predomínio das teorias inspiradas na demanda se apresenta, de fato, bastante amplo.

³ Assinale-se que no quadro sinótico não acrescentamos duas teorias de crescimento urbano apontadas por Richardson em (23), a saber, teoria ecológica e das comunicações. Isso porque elas são mais propriamente sociológicas.

Quadro Sinótico 1

Teoria do Desenvolvimento Regional e Urbano

Teorias	Autores que adotam N.º correspondentes a livros citados nas referências bibliográficas											Total de indica- ções	
	Richardson (1)	Perloff e Wingo (2)	Richardson (3)	Nourse (4)	Derry e Horton (5)	Friedman e Alonso (6)	Thompson (7)	McCree Dean e Leahy (8)	Bouteville (9)	Eldredge (20)	Gibbs (21)		Ploufs (22)
Teoria da base exportadora	x	x	x		x	x	x	x	x		x	x	10
<i>Industrial mix</i>		x		x						x			3
Teoria da localização	x					x							2
Teoria do lugar central	x		x				x						1
Tamanho das cidades	x		x		x								4
Vantagens comparativas			x		x	x		x					4
Competitividade			x										1
Evolução						x				x			2
<i>Input Output</i>												x	1
Oferta de fatores	x						x						2
<i>Filtering down</i>					x								2
Polos dinâmicos			x					x	x				2

Temos, em primeiro lugar, aquelas teorizações onde o aspecto da demanda predomina de forma clara e direta. Acham-se nesse caso as teorias da base exportadora e do *industrial mix*. Segundo estas o crescimento ocorre em função da demanda e do impacto desta sobre a estrutura econômica da cidade ou região. O dinamismo destas será tanto maior quanto maior importância na economia local tiverem aqueles setores, cuja demanda se expande rapidamente. A teoria do *input-output* é colocada nesse grupo por ter sido apresentada em Ploufs (22) como alternativa da teoria da base exportadora. A demanda externa refletir-se-ia na economia urbana ou regional não através do multiplicador setor base/residenciário mas através das interligações expressas numa tabela de insumo-produto.

No segundo grupo de teorias inspiradas em aspectos de demanda colocamos todas aquelas que, de uma forma ou de outra fazem o crescimento das cidades depender da sua capacidade de aproveitar a demanda existente. Ou seja, dado um certo volume de demanda global uma cidade ou região crescerá tanto mais intensamente quanto forem mais favoráveis seu tamanho, sua localização, sua centralidade, suas vantagens comparativas e outras formas de competitividade, proporcionarem-lhe vantagem sobre seus concorrentes. Não há dúvida, porém, que, dentro de certa medida, essas teorias referem-se a precondições do crescimento e não propriamente

a aspectos de demanda. A classificação anterior pode, no entanto, ser aceita a título provisório.

Quadro Sinótico 2

Classificação das Teorias de Desenvolvimento Regional e Urbano

	Crescimento resultante das dimensões e dinamismo da demanda existente	[Base exportadora <i>Industrial mix</i> <i>Input-output</i>
Baseadas na demanda	Crescimento resultante da capacidade de aproveitar a demanda existente	[Localização Competitividade Tamanho Vantagem comparativa Lugar central Pólos
	Crescimento resultante de criação de demanda	[Pólos
Baseadas na oferta		[Pólos Oferta de fatores <i>Filtering down</i> Evolução

A teoria dos pólos de crescimento apresenta a nosso ver características especiais. Enquanto um pólo é sinônimo de complexo industrial ele aumenta a competitividade da área; enquanto dispõe de uma indústria-chave com importantes *linkages* ele cria mercado para atividades complementares; finalmente existe num pólo importantes aspectos de oferta.

Em suma, se a colocação da maior parte das teorias de crescimento urbano e regional em termos de demanda pode ser discutível, o grande predomínio da teoria da base exportadora (citada por quase todos autores) é suficiente, no entanto, para se poder afirmar que existe realmente nas teorias de desenvolvimento regional e urbano a predominância da perspectiva da demanda.

Assinale-se, para concluir, que Richardson (23) coloca ao lado da teoria da base exportadora o modelo Harrod-Domar e os modelos neoclássicos como explicação do desenvolvimento regional. Em ambos os casos predomina, sem dúvida, o aspecto da oferta. Na prática, contudo, não nos achamos diante de teorias de desenvolvimento regional, mas de simples regionalizações de teorias do crescimento global. Esse é, aliás, o motivo pelo qual a maioria dos autores que tratam do desenvolvimento regional não as levam em conta.

2.3 Terceiro parágrafo: razão das diferenças de enfoque

2.3.1 É lícito, portanto, aceitar que nas teorias do crescimento global predomina o aspecto da oferta e nas teorias do crescimento regional tem maior importância a perspectiva da demanda. As razões dessa disparidade são de fácil explicação.

As teorias do desenvolvimento regional desvalorizam a oferta porque esse desenvolvimento é normalmente considerado como a eliminação ou redução do atraso relativo de determinada área. Temos, pois, como um dado do problema, certa quantidade de fatores de produção cuja repartição geográfica se discute. Não existe, como no caso do desenvolvimento global, a questão de saber se os fatores disponíveis são ou não suficientes para alcançar as metas visadas. Além disso, a circulação de fatores dentro de um mesmo país é livre e fácil, donde inexistir a necessidade de um esforço prévio para obter recursos destinados aos investimentos programados. Se os investimentos previstos para uma área se enquadram dentro da programação nacional e se a empresa que nela se pretende instalar é competitiva, os recursos necessários afluirão sem maiores obstáculos.

A preocupação fundamental de uma política de desenvolvimento regional deve ser com o mercado, entendido este como um volume suficiente de demanda e preços capazes de cobrir os custos previstos.

No desenvolvimento global, pelo contrário, a disponibilidade de fatores produtivos e as condições de sua formação constituem o aspecto de fundamental importância. Todo esforço de política económica deve ser no sentido de que tais variáveis atinjam os níveis adequados. Quanto ao mercado, no sentido usual da demanda keynesiana, não oferece qualquer problema, sendo conhecidas e de fácil aplicação as medidas necessárias para elevá-lo ao nível requerido. Este é o motivo que explica seu abandono pelos teóricos modernos do crescimento económico.

2.3.2 Cumpre, no entanto, assinalar que o mercado que interessa ao desenvolvimento regional não coincide com a demanda monetária de tipo keynesiano. Sua influência não pode ser corrigida através de simples injeções monetárias, mesmo que o governo central estivesse disposto a aplicá-los em benefício de determinada área. Do ponto de vista do desenvolvimento regional o mercado deve ser definido como a quantidade de produto que pode ser trocado em condições satisfatórias por outros produtos. Entende-se que as condições da troca são satisfatórias quando o produtor do artigo vendido aceita continuar sua produção. Estamos diante de um conceito de demanda real que convém explorar em maior profundidade.

A demanda keynesiana (ou monetária) é medida pelos gastos monetários totais em consumo e investimentos. Ela se expande em função do incremento dos investimentos (ou injeções monetárias equivalentes) e de um multiplicador definido como o inverso da propensão a poupar. Na hipótese de sua insuficiência a solução consiste em aumentar os investimentos ou injeções monetárias.

A demanda real é, como vimos, constituída pela totalidade de bens oferecidos no mercado em troca de outros. Essa demanda cresce na medida em que bens suplementares oferecidos sejam trocados por outros bens em condições satisfatórias. A eventual insuficiência da demanda real deve ser corrigida por uma oferta suplementar de bens de volume e composição tal que os bens suplementares oferecidos encontrem condições satisfatórias de troca.

O significado da demanda real poderá ser melhor compreendido em função da análise do parágrafo seguinte. O importante é sublinhar pelo momento que o problema do mercado surge essencialmente em função da indivisibilidade.

Assim, a produção mínima de uma usina siderúrgica moderna é, suponhamos, de 100 mil toneladas-ano. Suponhamos que criada essa usina os bens oferecidos em troca do seu produto só são suficientes para remunerar satisfatoriamente 20 mil toneladas de aço. Estamos aí diante de uma insuficiência da demanda real ou do mercado. Esse tipo de problema não aparece usualmente nos países desenvolvidos visto que a tecnologia, que dita o tamanho mínimo das unidades produtivas, é criada dentro desses países e leva, portanto, em conta a dimensão dos seus mercados.

Sintetizando: as teorizações sobre o desenvolvimento global inspiradas na situação dos países de capitalismo avançado ignoraram o problema do mercado dada a sua pouca relevância. Para os subdesenvolvidos, no entanto, a insuficiência do mercado (condicionada pelo problema da indivisibilidade) é de grande importância. O mesmo obstáculo ocorre no caso do desenvolvimento regional. Donde resulta que a ligação entre as teorias globais e regionais deve ser tentada com base na experiência tirada dos subdesenvolvidos. É o que faremos na segunda parte deste documento.

3. Segunda Parte

Como a anterior esta parte será dividida em dois parágrafos: no primeiro mostraremos as adaptações a serem introduzidas no modelo Harrod-Domar para introduzir a idéia de demanda real ou mercado; no segundo

verificaremos como, dadas essas modificações, se coloca o problema do crescimento equilibrado. A título de conclusão mostraremos como o modelo assim ajustado abrange com facilidade as teorizações sobre o desenvolvimento regional anteriormente analisadas.

3.1 Primeiro Parágrafo: ajustamento do modelo Harrod-Domar ao caso dos países subdesenvolvidos

Stiglitz e Uzawa observam, no seu trabalho: "As economias que a moderna teoria do crescimento econômico tenta descrever são essencialmente economias avançadas e industrializadas." Essa observação nos introduz ao aspecto principal que desejamos sublinhar neste parágrafo. O autor das presentes notas, (19) preocupando-se com os obstáculos encontrados pela América Latina no seu crescimento procurou introduzir modificações no modelo Harrod-Domar, valorizando, no entanto, contrariamente da tendência supra descrita, o aspecto do mercado. Essa tentativa tem interesse do ponto de vista da análise que se tenta nas presentes notas valendo, pois, a pena recapitulá-la.

A inspiração básica da pesquisa se encontra nas dificuldades registradas no desenvolvimento econômico da América Latina após a década de 50. Em linhas gerais, o desenvolvimento da área após a II Guerra Mundial se fez com base no mercado interno através do processo que ficou conhecido como de substituição de importações. Terminadas as potencialidades desta, ou seja, uma vez produzidos internamente todos aqueles artigos importados capazes de serem substituídos, a economia da área entrou a crescer com maior lentidão. Em numerosos casos se chegou a uma semi-estagnação.

O trabalho em análise explica o fato como resultante do fenômeno da indivisibilidade ligado às pequenas dimensões internas dos países latino-americanos. Suponhamos que um dado país importe anualmente 500 geladeiras. Suponhamos ainda que a produção anual mínima de uma fábrica de geladeiras (dada a tecnologia moderna) seja de 100 unidades. Desencadeado o processo de substituição de importações, cinco fábricas são sucessivamente criadas até que a produção interna chegue a 500 unidades. Esgotam-se, dessa forma as potencialidades dinâmicas do processo substituidor. Daí por diante a montagem de novas fábricas substituidoras de geladeiras vai depender de uma expansão do mercado interno. Suponhamos que, dadas as dimensões relativamente pequena dos países subdesenvolvidos, esse mercado adicional cresça na razão de 50 unidades ao ano.

Como a produção mínima de uma nova fábrica é de 100 unidades, ela não seria criada como consequência da insuficiência do mercado.

Nas linhas que seguem tentaremos o ajustamento dessa linha de análise ao modelo Harrod-Domar. Assinale-se que nessa tentativa iremos muito além de João Paulo de Almeida Magalhães (19) aprofundando e modificando inclusive o que ali foi dito.

A idéia de mercado pode, primeiramente, ser explanada em termos aritméticos. Suponhamos um país com mercado igual a zero no qual se queira implantar uma unidade produtiva de produção mínima igual a 1 000. Suponhamos igualmente que do valor adicionado nessa unidade (suposto igual ao valor da produção) 200 seja dedicado à aquisição do próprio produto e o restante à compra de outros produtos. Essa unidade teria assim um mercado de 200 sendo, quase certamente, inviável. A solução ao problema foi dada por Rosenstein-Rodan que sugere a criação de um bloco integrado de unidades produtivas que se proporcionem mutuamente mercado. Essa idéia pode ser melhor explicada através de um exemplo aritmético tirado de João Paulo de Almeida Magalhães (19).

Supõe-se que a criação de uma unidade igual a mil seja acompanhada da criação de quatro outras de igual tamanho. O valor adicionado de 1 000 gerado por elas se reparte igualmente no consumo dos cinco tipos de bem, conforme se vê na tabela abaixo:

Exemplo aritmético

Indústria	Produção	Consumo				
		A	B	C	D	E
A	1 000	200	200	200	200	200
B	1 000	200	200	200	200	200
C	1 000	200	200	200	200	200
D	1 000	200	200	200	200	200
E	1 000	200	200	200	200	200
Total	5 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000

Verifica-se aí que se a indústria *A* isoladamente não tem mercado, o conjunto das indústrias *A* a *E* são viáveis porque se proporcionam mutuamente mercado. Este exemplo é extremamente simplificado e esquemático. Na análise posterior, suporemos que o problema da indivisibilidade existe somente em certos tipos de indústria, que chamaremos de indústria-chave ou dominante.

Em termos de uma análise domariana o problema do mercado pode ser expresso pela equação:

$$DM = a BK$$

onde DM é o mercado adicional, B a indústria-chave, para a qual se apresenta o problema da indivisibilidade; K é um multiplicador de mercado e expressa quantas indústrias complementares são necessárias para viabilizar B . Pode ser definido por analogia com a sua contrapartida keynesiana da seguinte forma:

$$K = \frac{1}{c}$$

sendo c a propensão (suposta igual para todas as indústrias) a consumir o produto de B . No exemplo aritmético anterior C era igual a 0,2 o que nos dá um multiplicador de 5. Ou, especificamente, B com um tamanho de 1 000, multiplicado por K , igual a 5, nos fornece o tamanho de $DM = 5\ 000$. O coeficiente a , finalmente, é um número inteiro⁴ igual ou maior que 1, exprimindo o número de blocos de investimento (B mais indústrias complementares) que surgem numa economia em cada período. Nos países desenvolvidos ele é usualmente bem superior a 1.

O problema do mercado nos subdesenvolvidos, resulta do fato da dimensão de B ser excessivamente grande para seus diminutos mercados. Ou seja, neles (suponha-se a no seu tamanho mínimo de 1):

$$BK > DP$$

$$BK > DY$$

Suponhamos um país com PIB de 10 000 e que cresça a 10% ao ano. O DP (suposto igual a DY) seria pois de 1 000. Desses 1 000, 500 seria representado, por uma indústria-chave B , que apresenta esse tamanho mínimo. Se K fosse igual a 5 teríamos $BK = 2\ 500$ ou seja, $BK > DP = DY$.

Em outras palavras, as unidades criadas juntamente com B são insuficientes para absorver sua produção mínima tornando-a inviável. A impossibilidade de criar a indústria-chave B paralisa todo o processo de desenvolvimento. Essa idéia será melhor compreendida no âmbito de uma análise das condições de crescimento equilibrado quando se leva em conta DM .

⁴ Essa restrição pode provavelmente ser dispensada em países desenvolvidos como consequência da variação do tamanho médio de B , operação em diferentes níveis de capacidade, etc.

3.2 Segundo parágrafo: condições de um crescimento equilibrado

Começaremos a análise pelo caso dos desenvolvidos, passando depois aos subdesenvolvidos, que nos interessam mais de perto pela aplicação que permitem ao desenvolvimento regional.

1. Conforme se observou anteriormente, as condições do desenvolvimento equilibrado normalmente aceitas na literatura são $s/v = n + m$ e levam em conta exclusivamente a oferta (DP). Considerando também o aspecto da demanda podemos nos colocar seja na perspectiva de curto prazo em que é relevante a demanda monetária ou keynesiana, seja na de longo prazo que diz respeito à demanda real ou mercado. O curto e longo prazo são aqui definidos conforme as políticas corretoras de eventuais deficiências da demanda sejam de resultados imediatos ou não. As condições do crescimento equilibrado a curto prazo seriam:

$$DP = DY$$

sendo $DY = n + m$

Trata-se, portanto, do modelo clássico Harrod-Domar, em que se estabelece suplementarmente que a dimensão de DY deve ser suficiente para permitir o pleno emprego permanente e o total aproveitamento do progresso tecnológico. Nas análises usuais DY é deixado de lado, porque sua colocação em nível adequado é extremamente simples.

Na perspectiva do longo prazo as condições de equilíbrio seriam:

$$DP = DM$$

sendo: $DM = n + m$

Também aqui o problema não existe porque, conforme se viu anteriormente, nos países desenvolvidos tanto DP quanto DY tendem a superar BK não havendo, pois, qualquer dificuldade em se ter $DP = a BK$. Logo, a conclusão é de que, quando se leva em conta a demanda, embora as condições de equilíbrio nos desenvolvidos sejam as referidas, na prática nem DY nem DM são significativos, razão pela qual toda análise se concentra no aspecto da oferta, ou seja em $s/v = n + m$.

2. Passando ao caso dos subdesenvolvidos a situação se modifica substancialmente. Posto que nosso interesse fundamental se refira à demanda, começaremos por explicitar algumas condições, do lado da oferta, válidas somente para os subdesenvolvidos e, como veremos adiante, também para o desenvolvimento regional. Na equação $s/v = n + m$ modificações devem ser introduzidas nos dois termos. Quanto ao primeiro, tra-

ta-se apenas de uma divisão de s , propensão a poupar, em s_i e s_e , significando s_i a poupança interna como percentagem do produto e s_e o mesmo para a poupança externa. Contrariamente ao que acontece nos desenvolvidos. Como tivemos ocasião de analisar longamente em outra parte (24)

Modificações mais amplas devem ser introduzidas no segundo termo da equação. Em primeiro lugar, as taxas de crescimento da população (n) e o progresso tecnológico (m) têm pouca significação para os subdesenvolvidos. Como tivemos ocasião de analisar longamente em outra parte (24) estes países têm um importante desemprego estrutural (diferença entre a quantidade de homens usada para obter determinado resultado produtivo e a que seria necessária com aplicação de tecnologia moderna) e apresentam enorme atraso em sua tecnologia. Conseqüentemente um crescimento no ritmo da expansão da população e do progresso tecnológico não lhes asseguraria obtenção do pleno emprego nem eliminação do seu atraso tecnológico. Logo, esse crescimento não atenderia ao caráter de “desejabilidade” normalmente ligado à concepção do *steady rate*. Colocada a questão sobre outro ângulo diríamos que $n + m$ designa o limite superior possível à expansão dos desenvolvidos. Esse limite é dado essencialmente pela mão-de-obra (n), levando em conta a maior eficiência desta, proporcionada pelo progresso tecnológico (m). Ora, nos subdesenvolvidos a mão-de-obra é abundante e o limite superior é dado pelo capital, ou melhor dito, pela capacidade de economia em absorver capital. Chamemos esse fator que cresce através do tempo de P .

Uma segunda modificação está em que para um subdesenvolvido a condição de um desenvolvimento satisfatório está em que seu atraso econômico (em termos de produto *per capita*) esteja em vias de eliminação. Teríamos, pois, a condição $P - n_s > m$, onde n_s é a taxa de crescimento da população nos subdesenvolvidos.

Sinteticamente, nos subdesenvolvidos o *steady rate* do lado da oferta reclama

$$DP = \frac{s_i + s_e}{r} = P$$

sendo: $P - n_s > m$

3. Tendo estabelecido essas preliminares podemos passar à análise das condições do crescimento equilibrado. No que se refere ao curto prazo temos:

$$DP = DY$$

sendo: $DY = P$
e $P - n_s > m$

Também no caso dos subdesenvolvidos o nível de DY não apresenta qualquer problema, razão pela qual essa condição de curto prazo pode ser tomada como um dado. No que se refere ao longo prazo, bem diferente é a situação. Temos:

$$DP = DM$$

$$DM = P$$

$$\text{sendo: } P - n_s > m$$

No caso dos subdesenvolvidos sucede, porém, que seja DP , seja DY , ambos apresentam-se freqüentemente como inferiores a BK , tamanho mínimo de DM que ocorre quando $a = 1$. Como vimos anteriormente, isso resulta de que o tamanho mínimo da indústria-chave B é excessivamente grande para o mercado dos subdesenvolvidos. Quando tal acontece, ocorre simplesmente a paralisação do processo dinâmico. Se o crescimento equilibrado exige $DP = DY = a BK$, a simples existência do crescimento tem como condição

$$DP = DY > BK \text{ dado } a > 1$$

Cumpramos então indagar porque os subdesenvolvidos são capazes de crescimento, dado que normalmente a condição anterior não ocorre. A explicação é obtida pela introdução de novas variáveis não consideradas na explicação simplificada antes. Distinguiremos entre o caso de economias fechadas e abertas.

Numa economia fechada o modelo completo exige a introdução de uma variável G . Entende-se, por ela, a ação governamental que através de subsídios, ou através de quaisquer outras medidas, permite que uma empresa subsista, apesar de o mercado existente não permitir colocar o volume de produtos necessários para que atinja seu ponto de nivelamento. Para simplificar suporemos que o governo adquira a diferença correspondente à produção necessária para que a empresa atinja seu ponto de nivelamento e a espontaneamente absorvida pelo mercado. A condição de equilíbrio passa pois a ser

$$DM = (B - G)K$$

Voltando ao exemplo aritmético anterior é fácil demonstrar que se a variável G atinge um nível satisfatório, a criação isolada de B passa a ser perfeitamente possível. Teríamos:

$$DM = (B - G)K$$

$$1\ 000 = (1\ 000 - 800)5$$

Isto é, tudo se passa como se o governo houvesse tomado a iniciativa de adquirir 800.

O modelo assim modificado permite dois tipos de observação. Em primeiro lugar, ele deve ter ocorrido praticamente nas economias socialistas, que ao se lançarem no seu desenvolvimento criaram empresas de dimensões correspondentes às encontradas nos países capitalistas. Os deficits de mercado das empresas eram corrigidos pelo governo sob a forma de subsídios que permitiam às empresas produzir aquém do seu ponto de nivelamento ou mesmo vender a totalidade de seus produtos a preços muito inferiores ao custo.

A segunda observação é de que esse modelo indica para um país com insuficiência de mercado interno a forma de continuar seu crescimento. O esquema seria um subsídio da parte do governo às empresas-chave, enquanto não surgissem as indústrias complementares capazes de absorver sua produção. Sem dúvida existe a alternativa de criar — ao mesmo tempo — todo o bloco de empresas correspondentes a BK . Isso exigiria, contudo, mais investimentos do que tais países seriam capazes de realizar.

Algebricamente a hipótese de um conjunto integrado de investimentos seria:

$$\begin{aligned} DP_n + G &= DM \\ 1\ 000 + 4\ 000 &= 5\ 000 \end{aligned}$$

Nesse caso DP_n seria o crescimento normal de P e 4 000 um crescimento excepcional patrocinado pelo governo supostamente com base em poupanças externas s_e . Para um país subdesenvolvido esse caso é apenas teórico. Como veremos adiante, o mesmo não sucede no âmbito regional.

Passando a uma economia aberta, única fórmula de desenvolvimento até agora tentada pelas economias subdesenvolvidas dos países capitalistas, devemos introduzir, sob forma incremental, as exportações e substituição de importações ou, respectivamente, DE e DS . Nesse caso, a condição de equilíbrio seria: (supondo-se $a = 1$)

$$DM = (B - DE - DS - G)K$$

Aritmeticamente poderíamos dizer (ainda com base no exemplo anterior) que se $DE + DS$ fossem iguais a 800, a variável G podia ser igual a zero. A experiência concreta dos subdesenvolvidos da área capitalista

parece ter sido de que *DE* e/ou *DS* foram os meios encontrados para solucionar o problema do mercado.

Sintetizando poderíamos dizer que um processo de desenvolvimento tende normalmente a ocorrer seja em condições de escassez de oferta, seja em condições de escassez de demanda. Quando *DS* e/ou *DE* são bastante grandes a limitação resulta fundamentalmente do s ($= s_1 + s_0$), todas as atenções se concentrando, portanto, no problema do aumento das poupanças. Quando *DS* e/ou *DE* são insuficientes o problema é de aumentar o mercado tendendo os esforços a se concentrar no alargamento do processo de substituição de importações (criação de diversas formas de mercado comum)⁵ ou aumento das exportações. Na América Latina a escassez de oferta predominou na década dos 60, passando agora a ter importância a insuficiência do mercado.

3.3 Terceiro parágrafo: Extensão do modelo ao desenvolvimento regional

1. As teorizações em economia tendem a se concentrar naqueles setores e aspectos em que a necessidade de ação concreta reclama instrumentos capazes de orientar esta ação. Os problemas da Grande Depressão inspiraram a *Teoria geral* de Keynes; a preocupação com o crescimento econômico após a II Guerra Mundial deu origem às teorias baseadas nas contribuições iniciais de Harrod-Domar.

A preocupação com os problemas do crescimento regional e urbano são mais recentes. Conforme diz Rodwin: "A maioria dos economistas que trabalham presentemente em planos para o desenvolvimento econômico não foram treinados especificamente, e têm apenas interesse marginal, nos aspectos urbanos e regionais do desenvolvimento". (25, p. 9).

Infelizmente as preocupações com o crescimento global visaram a solução de problemas diferentes dos encontrados no desenvolvimento das regiões. A situação destas se aproximava mais da encontrada em países subdesenvolvidos. Em ambos os casos estava implícita a preocupação com um atraso crescente, considerava-se a possibilidade de atrair capitais externos e, finalmente, a dimensão do mercado interno (ou local) apresentava-se como fator restritivo. O desenvolvimento do modelo Harrod-Domar

⁵ Quando existe possibilidade de substituição meramente nacional essa ocorre espontaneamente e o mercado não constitui fator limitativo.

dentro de características mais adaptadas aos países em vias de desenvolvimento permite estabelecer uma ponte entre as teorias do desenvolvimento global e as contribuições para o desenvolvimento regional.

A equação $DP = \frac{s_i + s_e}{v}$ ao introduzir s_e na formulação usual permite o entrosamento do modelo com as teorias da oferta de fatores (atraídas de outras regiões) e do *trickling down*. A equação $DM = (B - DE - DS - G)$ permite levar em conta as concepções que insistem sobre a importância da substituição de importações (DE) sobre o significado dos pólos de desenvolvimento (G) e sobre as diversas teorias que conferem papel fundamental às exportações (DE). Na verdade, porém, a importância dessas variáveis não é igual numa política de desenvolvimento global e regional. Na última parte deste documento tentaremos avaliar sua importância relativa num e noutro caso, o que nos ajudará a compreender melhor a relevância concedida a certas variáveis pelos especialistas em desenvolvimento regional.

2. Para os subdesenvolvidos o aspecto da oferta é de grande importância constituindo mesmo o aspecto básico em certas fases do desenvolvimento (desenvolvimento em condições de escassez de oferta). No desenvolvimento regional o aspecto da oferta é uniformemente de importância secundária. Posto que passa a ser considerada válida para eles a condição de um $DP = P$, não é necessariamente válida a condição $P - n_s > m$.⁶ Inspira-se esta última na necessidade de eliminação do atraso. Ora, diversos teóricos do desenvolvimento regional consideram normal o alargamento pelo menos temporário da diferença dos produtos por habitantes entre diversas regiões do país. Mesmo aceita para uma região a tese da eliminação do atraso ela não está obrigada a um esforço de poupança ditado essencialmente pela intensidade do crescimento da área tomada como padrão. Esse fato se liga aos aspectos já referidos da facilidade da circulação de fatores e do fato de todos investimentos de um país se apoiarem num mesmo fundo comum.

Passando ao lado da demanda, comecemos pelo exame das variáveis externas DE e DS . Podemos observar que levando em conta os instrumentos de política econômica usuais, a variável DS é de utilização mais fácil para os subdesenvolvidos e DE mais manipulável para uma região.

⁶ n_s : crescimento da população de região subdesenvolvida, e m crescimento da tecnologia ao conjunto do país.

Um país subdesenvolvido para aumentar DS pode lançar mão de uma política protecionista pacificamente aceita na literatura e costumes econômicos. Esse tipo de política vê-se em geral condenado dentro de um mesmo país. Contrariamente um país subdesenvolvido pode ter a manipulação de DE travada por toda sorte de obstáculos levantados nos mercados que pretende conquistar. O mesmo não sucede para uma região. Tal é a explicação da valorização que se dá a DE nas políticas de desenvolvimento regional, enquanto os países subdesenvolvidos tendem a revelar maior confiança em DS .

Assinale-se, porém, que a vantagem de uma região com respeito às exportações tem uma contrapartida negativa. Se os mercados externos (resto do país) lhe estão amplamente abertos ela deve conquistá-los pelo maior nível de eficiência de sua produção. Esse é, aliás, o motivo pelo qual grande número de teóricos procuram explicar o crescimento de uma região por condições que lhe conferem vantagens competitivas. A explicação do crescimento pelo custo comparativo, tamanho do núcleo urbano, vantagens locacionais, qualidade de lugar central, etc. acham-se nesse caso. Quando se trata de um país subdesenvolvido, desde que se disponha da utilização de instrumentos excepcionais (subsídios e vantagens de diversos tipos às exportações, taxas de câmbio desvalorizadas, etc.) a eliminação de desvantagens específicas é mais facilmente conseguida.

Passando a examinar as variáveis internas recorde-se que a solução usual no caso de países para o caso de $DP < BK$ é uma ação do governo expressa por G . O DM mínimo necessário é definido por $(B - G)K$ e o governo eleva G ao nível necessário para que DM se torne igual a DP . Outra solução é o aumento de DP , através da criação do bloco integrado de atividades implícito em BK . Em outras palavras, em vez de se rebaixar DM ao nível de DP eleva-se DP ao nível de DM . Assinalamos em nossa análise anterior que, em termos globais, essa solução não é factível para os subdesenvolvidos porque exigiria o s_c em dimensões muito superiores às normais nesses países. Em termos de desenvolvimento regional, no entanto, a possibilidade de manipular s_c , ou seja, a poupança oriunda de outras partes do país permite que isso seja feito. Estamos aqui diante dos pólos de desenvolvimento ou dos complexos industriais. As indústrias criadas, de um lado se proporcionam mutuamente maior mercado interno ou local e, de outro, pela baixa de custos, conseguem maior faixa do mercado externo.

Exemplificando: diante de $DP = 1\ 000$ e $DM = 1\ 000 \times 5 = 5\ 000$ o governo cria mais três indústrias produzindo 1 000 cada uma e através delas

obtem um aumento das exportações de 200. O equilíbrio é obtido da seguinte forma:

$$DP = (B - DE)K$$

$$4\ 000 = (1\ 000 - 200)K$$

Verifica-se, pois, que no caso do desenvolvimento regional o governo pode adotar medidas não factíveis em desenvolvimento global. De fato, se *ex ante* o *DP* era igual a 1 000, isso resultava do nível normal de investimentos na área. Sua passagem *ex post* a 4 000 significa que a poupança aplicada foi quadruplicada num período de investimentos. Isto pode acontecer através do deslocamento de poupança dentro de uma para outra região do país. Não, contudo, pelo aumento das poupanças internas dentro de um país subdesenvolvido ou pelo fluxo de poupanças externas.

4. Conclusão

Seria excessivo pretender que a análise anterior trouxesse qualquer contribuição específica para as teorias explicativas do desenvolvimento regional e urbano. O que se procurou fazer foi colocar um pouco de ordem nas diversas contribuições. Acreditamos que isso foi, dentro de certa medida, conseguido. Uma análise partindo de um modelo de inspiração domariana, com a inclusão explícita da demanda real ou mercado, permite mostrar que as diversas contribuições nada mais fazem do que aprofundar aspectos específicos de uma realidade mais ampla. Deixam de ter razão as disputas sobre qual a teoria certa, cabendo quando muito um debate sobre a importância dos aspectos privilegiados em cada uma delas.

Assim, os partidários da explicação em termos de base exportadora apenas consideram mais importante o crescimento de setores voltados para o exterior, o que não tira a importância da substituição de importações ou da vantagem comparativa maior ou menor de certos tipos de produção. O fato de não se conceder usualmente grande importância aos aspectos da oferta não deve levar a esquecer que estes adquirem importância crítica no caso da implantação de pólos regionais.

Finalmente, através da formulação aqui proposta, análise regional e análise global são aproximadas, o que pode dar lugar ao aprofundamento mutuamente benéfico das mesmas.

Referências bibliográficas

1. Richardson, Harry W. *Urban economics* Middlesex. Penguin Books, 1971.
2. Perloff, Harvey S. & Wingo Jr., Lowdon, ed. *Issues in urban economics*. Baltimore John Hopkins Press, 1968.
3. Richardson, Harry W. *Regional economics*. New York, Praeger Publishers, 1969.
4. Nourse, Hugh O. *Economia regional*. Oikos - Tou, Ediciones, Barcelona, 1969.
5. Berry, Brian J. L. & Horton, Frank H. ed. *Geographic Perspectives on urban systems*. New Jersey, Prentice-Hall, 1970.
6. Friedmann, John & Alonso, William, ed. *Regional development planning*. Cambridge, The M.I.T. Press, 1964.
7. Thompson, Wilbur R. *A preface to urban economics*. Baltimore, John Hopkins, 1965.
8. Mc Kee, David L., Dean, Robert D. & Leaky, William H. ed. *Regional economics*. New York, The Free Press, 1970.
9. Boudeville, Jacques R. *L'espace et les poles de croissance*. Paris. Presses Universitaires de France, 1968.
10. Sen, Amartya, ed. *Growth economics*. Middlesex. Penguin Books, 1970.
11. Stiglitz, Joseph E. & Uzawa, Hirofumi ed. *Readings in the modern theory of economic growth*. Cambridge, The M.I.T. Press, 1969.
12. American Economic Association & Royal Economic Society, ed. *Surveys of economic theory*. New York, Macmillan - Saint Martin's Press, 1965. v. 2: Growth development.
13. Baumol, William J. *Economic dynamics*. 3. ed. London, Macmilan Company, 1970.
14. Eldredge, H. Wentworth, ed. *Taming megalopolis*. New York, Doubleday Company. 1967.
15. Isard Walter, ed. *Methods of regional analysis*. London, John Wiley, 1960.
16. Isard, Walter & Cumberland, John, ed. *Regional economic planning*. Paris, OCDE, 1961.
17. Hirschman, Albert O. *The strategy of economic development*. - New Haven, Yale University Press, 1958.
18. Mennes, L. M., Tinbergen, Jan & Wordenburg, J. George. *The element of space in development planning*. Amsterdam, North Holland, 1969.
19. Almeida Magalhães, João Paulo de. *O desenvolvimento econômico e o problema do mercado*. Em impressão.
20. Eldredge, H. Wentworth, ed. *Taming megalopolis*. Garden City, New York. Anchor Books, 1967.
21. Gibbs, Jack P. ed. *Urban research methods*. London, D. Van Nostrand, 1961.
22. Plouts, Ralph W. ed. *The techniques of urban economic analysis*. New Jersey, Chandler Davis.
23. Richardson, Harry W. *Elements of regional economics*. Middlesex, Penguin Books, 1969.
24. Almeida Magalhães, João Paulo de. *A controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico*. Rio, Edição Desenvolvimento e Conjuntura. 1961.
25. Rodwin, Lloyd. *Nations and cities*. Boston, Houghton Mitten, 1970.

É vasto o programa editorial da Unesco. No Brasil, êsse valioso acervo de obras, versando sôbre aspectos variados das atividades culturais, educacionais e científicas do homem, encontra-se à sua disposição na Fundação Getúlio Vargas, através do seu Serviço de Publicações, de suas livrarias ou de seus revendedores autorizados em todo o País.

Qualquer que seja o seu campo de atividade, solicite o catálogo de obras da Unesco a qualquer uma das nossas livrarias ou a um dos nossos agentes de vendas autorizados.

LIVRARIAS:

Praia de Botafogo, 188
Caixa Postal, 21.120
Rio de Janeiro, GB

Super Quadra 104 — Bloco A
Loja 11
Brasília, DF

Avenida Graça Aranha, 26
Lojas C e H
Rio de Janeiro, GB

Avenida Nove de Julho, 2029
Caixa Postal, 5534
São Paulo, SP

AGENTES AUTORIZADOS:

Dilertec
Distribuidora de Livros e Revistas
Ltda.

Rua Coelho Rodrigues, 1244
Teresina — PI

Ceará — Ciência e Cultura
Rua Edgard Borges, 89
Fortaleza, CE

Organização Sulina de Representações
Av. Borges de Medeiros, 1030
Pôrto Alegre, RS

Catavento — Distribuidora de Livros
Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 928
Tel.: 36-5642
São Paulo, SP

Fornecedora de Publicações Técnicas
M. M. de Oliveira Marques
Av. Ipiranga, 200 — Loja 40
São Paulo, SP

Livraria Martins
Av. Campos Sales, 171
Belém, PA

Lunardelli Representações
Livraria Universitária
Rua Vítor Meireles, 23-A
Florianópolis, SC

Centro do Livro Brasileiro
Rua Rodrigues Sampaio, 30-B
Lisboa, Portugal

Agência Van Damme
Rua Goitacazes, 103, s/1310
Belo Horizonte, MG

Livraria Ghignone
Rua Quinze de Novembro, 423
Curitiba, PR

Livraria Civilização
Brasileira S.A.
Rua Padre Vieira, 9
Salvador, BA

M. Inojosa
Av. Dantas Barreto, 564
Sala 901
Recife, PE

Livraria J.C.
Rua Nina Rodrigues, 33-B
São Luiz, MA

Praia Grande Distribuidora
Rua Tiradentes, 71
Loja 2
Ingá
Niterói, RJ

Ou pelo reembolso Postal. Pedidos para a Editora da Fundação Getúlio Vargas. Praia de Botafogo, 188, C.P. 21.120, ZC 05, Rio de Janeiro, GB.